

NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA: A ARTE DA PALAVRA AO CONTAR UMA HISTÓRIA

HISTORIOGRAPHICAL NARRATIVE: THE ART OF THE WORD WHEN TELLING A STORY

**RONALD LOPES DE
OLIVEIRA**

ronald.lopes80@gmail.com

Received: 17 Feb 2023

Accepted: 10 Mar 2023

Published: 23 April 2023

Corresponding author:

ronald.lopes80@gmail.com



Resumo: O texto propõe fundamentações teóricas aproximativas para que a escrita da História seja criação textual e, a partir disso, categorizada como gênero literário. No entanto, é preciso assegurar a crítica das fontes, com vistas à algum tipo de análise científica e reconstrução do passado. O percurso do texto objetivou reivindicar para a escrita da História o duplo estatuto de realidade e ficção imputando sentido ao texto.

Palavras-chave: Escrita da História. Criação textual. Realidade.

Abstract: The text proposes approximate theoretical foundations for the writing of history to be textual creation and, from this, categorized as a literary

genre. However, it is necessary to ensure the criticism of the sources, with a view to some kind of scientific analysis and reconstruction of the past. The course of the text aimed to claim for the writing of history the double status of reality and fiction imputing meaning to the text.

Keywords: Writing history. Textual creation. Reality.

1. Introdução

O texto discute a relação entre História e Literatura na escrita da História, tendo como base teórica os trabalhos de Hayden White, Georg Iggers e Paul Ricœur. White e Iggers fornecem fundamentações teóricas sobre a escrita da história como um gênero literário, enquanto Ricœur aborda a relação entre a narrativa e a verdade histórica. White e Iggers argumentam que a escrita da história é um gênero literário e que o historiador usa técnicas literárias para contar a história. Eles também afirmam que a história é uma narrativa que é moldada pelo contexto social, cultural e político em que é escrita. No entanto, eles enfatizam a importância da crítica documental e da análise cuidadosa do ofício do historiador para garantir que a história seja baseada em fatos.

Por sua vez, Ricœur (1997) argumenta que a narrativa é uma maneira fundamental de dar sentido às ações humanas. Ele afirma que a história é uma forma de narrativa que permite que os historiadores criem significado a partir dos eventos históricos. Além disso, ele sugere que a história tem um "duplo estatuto da realidade e ficção", o que significa que os eventos históricos são recontados em forma de ficção para que possam ser compreendidos e interpretados.

Assim, o texto sugere que a escrita da história é enriquecida pela interação entre História e Literatura. Através do uso de técnicas literárias, os historiadores podem criar narrativas que capturam a complexidade dos eventos históricos e ajudam a dar sentido a eles. No entanto, é importante lembrar que a escrita da história deve ser baseada em fatos e sujeita a crítica documental para garantir sua precisão.

2. Fundamentações

Georg Gerson Iggers (2000) e Hayden White (1995) compreenderam a escrita da História como uma arte literária, na qual os gêneros narrativos desempenham um papel crucial na construção dos argumentos. Eles defenderam que a interação entre História e Literatura produz uma realidade própria, na qual a escrita da História é vista como literatura narrativa. Iggers (2000), que se posicionou entre o paradigma científico e literário da escrita da história, enfatizou que a escrita histórica tem estatutos tanto da disciplina científica quanto da literatura como prosa narrativa. Já White (1995), que veio da tradição da crítica literária, argumentou que a interpretação é mais importante do que o dado

objetivo na reconstrução do contexto histórico e que a escrita literária tem forte influência na escrita da História, compartilhando a dependência da narrativa com o significado.

Embora houvesse pontos em comum, Iggers (2000) e White discordavam em alguns aspectos. Em "Historiography between Scholarship and Poetry: Reflections on Hayden White's Approach to Historiography", Iggers (2000) criticou a abordagem literária de White, pois ele defendia que a História não era apenas uma narrativa literária, mas também um conhecimento histórico objetivo, obtido por meio da investigação científica dos signos linguísticos presentes nos registros históricos. No entanto, ambos concordaram que os signos linguísticos narrativos da História exigiam características comuns ao gênero literário.

Modelos de representação ou conceitualização histórica não depende da natureza dos “dados” que utilizavam para escorar suas generalizações nem das teorias que invocavam para explicá-las; depende, isto sim, da consistência, da coerência e do poder iluminador de suas respectivas visões do campo histórico (WHITE, 1992, p. 19).

Tanto White quanto Iggers acreditavam que havia elementos estruturais distintos em qualquer obra de História ou Filosofia da História que compõem arranjos ordenados que compõem a narrativa. Embora ambos os autores partissem de pressupostos diferentes e discordassem em muitos pontos, eles tinham algo em comum: a valorização da forma de escrita ao contar a história, seja ela científica ou artística (WHITE, 2000; IGGERS, 2000). A identificação desse referencial levou à conclusão de que havia uma impressão explicativa diferente para cada pensador. Isso se deve ao fato de ocuparem diferentes posições que compartilhavam, configurando assim diferentes estilos de reflexão histórica.

Através dos estudos linguísticos, percebeu-se que a compreensão da História não é necessariamente Ciência. Isso porque possui signos linguísticos que produzem status narrativos. Por outro lado, a História não é inteiramente arte ou ficção, uma vez que tem reconstruções factuais através do método científico. Portanto, a História ocupa posições diferentes, colocando-se entre o factual e o ficcional. Iggers (2000) apontou no texto de White (1992) que na década de 1960 houve um colapso de certezas, e isso incluiu a História como conhecimento científico. Esse debate sobre a História como arte ou ciência fez com que a escrita da História recebesse uma forma estatutária de escrita do conhecimento como relevante para a profissão do historiador. Portanto, a escrita do texto envolveu especificidades que exigiram técnicas que alteraram a interpretação do texto e sua leitura. Nesse sentido, o domínio dessa técnica era o que ambos os teóricos chamavam de arte.

Ele defendia que a escrita da história é uma forma de narrativa que compartilha características com a literatura, como o uso de técnicas narrativas, a construção de personagens e a criação de enredos. Para White, a história é uma forma de narrativa ficcional, ou seja, uma forma de construir narrativas a partir de fatos históricos reais.

White também defendia que a historiografia não é neutra e objetiva, mas é influenciada pela imaginação histórica do historiador. A imaginação histórica se refere ao conjunto de pressupostos e concepções que o historiador possui sobre o passado, que orientam a sua interpretação dos fatos históricos. Esses pressupostos e concepções são moldados pela cultura e pelos valores do contexto em que o historiador está inserido.

Assim, para White, a história é uma forma de arte que envolve a construção de narrativas a partir de fatos históricos reais, e que é influenciada pela imaginação histórica do historiador. A escrita da história envolve técnicas narrativas e estilísticas que são próprias da literatura, e por isso a literatura é um modelo importante para a historiografia. Através dessa perspectiva, White fez importantes contribuições para a reflexão sobre a natureza da história e sua relação com outras formas de conhecimento e de expressão cultural.

O conceito de imaginação histórica já havia sido proposto quinze anos antes. Collingwood (1981) argumentou que o propósito da imaginação histórica era tornar o passado um objeto acessível ao pensamento por meio de um modelo construtivo de interpolação entre fonte e pensamento:

As afirmações feitas pelas fontes com outras, deduzidas das mesmas - e de pensamento mediado - sendo o pensamento mais do que uma mera sensação, ele pode existir em diferentes tempos sem perder sua identidade, na medida em que existe um contexto adequado para sua reconstituição. (COLLINGWOOD, 1981, pp. 474-492).

Assim, o historiador se tornava um mediador que facilita a compreensão para a grande massa, mas havia imaginação artística atrelada a imaginação histórica que não é mera subjetividade. Na esteira desse pensamento, White pensava na estrutura do texto defendendo a ideia de que o sentido tinha um propósito de expressão da verdade, ou seja, todo texto tem sentido de verdade.

Por isso, fato e ficção se diluiriam na narrativa, permitindo ao historiador depurar os registros históricos não processados junto ao campo histórico chamado de “evento” (WHITE, 1992, pp. 21-22, 64). Dessa maneira, mobilizar e impactar um determinado público tem passagem pelo imaginário social que não interpreta homogeneamente os registros históricos. White partiu do pressuposto de que o texto não é o objetivo, apesar de

sua objetividade. Essa construção textual tem implicações ideológicas na medida em que se torna texto e, portanto, uma forma literária (WHITE, 1992, p. 64). Tal implicação ideológica não está pura no texto, pois há uma gama linguística e um léxico gramatical próprio que concatena os fatos (WHITE, 1992, pp. 25-30).

Assim, White (1992) demonstrou essas ideias quando ele analisou as formas de escrita da história do século XIX. Ele modalizou as formas tradicionais da escrita daquele século. No entanto, essas modalidades se engendram uns nos outros a fim de extrapolar os fatos. White se preocupava com os mecanismos que essas formas modais se estabelecem e se relacionam entre si. Logo, ele separou os arranjos modais em: modos de elaboração de enredo, modos de argumentação e modos de implicação ideológica. Cada uma das formas modais se concatenava dialeticamente umas sobre as outras (WHITE, 1992, p. 50). A extrapolação das formas pelos registros históricos abriu espaço de manobra para narrativas construídas gramaticalmente estilizadas, e que seriam capazes de atuar na imaginação artística, resultando numa implicação ideológica acrescida de retórica. Assim, a História é ficção na medida em que sua escrita atua na imaginação. Por isso, tudo aquilo que se escreveu poeticamente se tornou literatura (IGGERS, 2000, pp. 373-375).

A escrita poética tem a possibilidade de englobar vários elementos como estilo, subjetividade, figura de linguagem e de pensamento. Por exemplo, entende-se subjetividade com base nos afetos e nas emoções que a escrita desperta no leitor. Aqueles elementos, então, formam a base de sustentação do conhecimento racional factual histórico (IGGERS, 2000, pp. 376-380). Porém, não houve definição sobre o que seria poético por Hayden White, mas indicou que cada leitor tem seu modo de uso e desuso do texto poético. Assim ele diz: “tomo por enquanto ao pé da letra a afirmação do historiador de estar fazendo a um só tempo arte e ciência e a distinção habitualmente traçada entre as operações investigativas do historiador, de um lado; e sua operação narrativa, de outro.” (WHITE, 1992, p. 26)

Para finalizar essas ideias comuns aos dois autores em questão, o uso autoconsciente das figuras de linguagem e de pensamento analisadas pela Filosofia da História inaugurou um pioneirismo de escrita pós-moderna. Além disso, a ironia foi eleita a figura de linguagem incapaz à redenção de sobrepujar o futuro. Eles apontaram tal ironia nas obras de Karl Marx, especificamente, “na segunda metade do primeiro capítulo de O Capital” (WHITE, 1992, p. 305; IGGERS, 2000, pp. 373-390).

Até aqui identificamos as aproximações dos dois autores, embora suas diferenças fossem acentuadas no que tange a análises contextuais e validades explicativas. Entretanto, os dois concordam que o texto historiográfico porta signos linguísticos capazes de atender tanto a investigação científica racionais quanto características irracionais do gênero literário. Ao mesmo tempo, arte e ciência estão no domínio da linguagem para articular as fontes na qual se arvora a historiografia. Se atentarmos para a ideia de que só o método histórico-crítico seja o pressuposto básico primordial da historiografia, então, a arte ameaça esse pressuposto, já que nem sempre a história se produz com crítica das fontes. Por outro lado, somente com a forma de narrativa no domínio da linguagem, a escrita da história estaria rasa ou nem existiria a crítica das fontes e sua articulação. Haveria, então, a possibilidade de se produzir narrativas ficcionais sem análises verticalizadas. Nesse sentido, o método é importante na medida em que se altera a forma como se produz a escrita da História.

Para assegurar os signos linguísticos que sejam suficientemente satisfeitos no debate entre White e Iggers na escrita da História, Paul Ricœur (1997) se fez presente. Nascido numa família protestante, Ricœur foi filósofo e professor da Universidade da Sorbonne. Faleceu em 2005, deixando contribuições densas e importantes no campo da hermenêutica e fenomenologia. Em sua obra “Tempo e Narrativa”, em três volumes, o autor destacou as proximidades entre a temporalidade da historiografia e o discurso literário. Anos mais tarde, trabalhando com a questão da memória, desenvolveu a ideia de que a forma da narrativa incide sobre o texto produzindo sentido de verdade, sem comprometer o contexto reconstruído multidisciplinarmente pela História. (RICŒUR, 1997)

Nesse aspecto o sentido de verdade se faz presente pela robustez metodológica. Essa consistência foi de tal maneira que a narrativa histórica reivindicou para si o “duplo estatuto da realidade e ficção” (RICŒUR, 1997, pp. 251-253). Para isso reconfigurou ações humanas na forma de narrativa de modo que deu conta também de significados e análises de situações. O escritor não infere sobre o texto, mas escreve de tal forma que o próprio texto cria verossimilhança com a realidade. Dentro dessa lógica, a intriga, manifestada na sucessão de acontecimentos que constituem a trama se apresenta como uma *mimese*, ou seja, imitação das experiências vividas imputando total sentido a aquele que lê.

Paul Ricœur (1997) chamou de “proposta hermenêutica” o exame dessa *mimese*, isto é, entre o “Texto e o Viver”. Ricœur (1997) entendeu, a meu ver, que as gerações da Escola de Annales teve seu próprio modelo do conhecimento histórico e que partiu de dois pressupostos básicos: o acontecimento e o estrutural. Ambos estiveram presentes na

Escola de Annales. O acontecimento se ligou ao fato puro, cujas fontes seriam de suma importância, ao ponto de impossibilitar a escrita da história sem elas. A melhor escola que representou esse viés foi o positivismo. Já o estrutural tem relação direta com a narrativa historiográfica. Ele esteve representado pelo historicismo.

Ricœur (1997) entendeu, então, que existiam dois eixos de inteligibilidade do conhecimento histórico. Entretanto, sua proposta foi a reconstrução de um modelo que abrangessem os dois eixos, criticando-os. O autor se posicionou na tensão gerada nesses dois eixos teóricos para, depois, superá-los, ou seja, seu lugar de produção seria entre a singularidade e historicidade. Por singularidade Paul Ricœur (1997) entendeu nos mesmos termos de Michel Foucault. Barros (2011, p. 5) nos resume bem essa perspectiva:

Seu cuidado especial foi o de demonstrar a especificidade da narrativa historiográfica frente à narrativa ficcional, e não de confundir estas duas modalidades narrativas, esta alternativa que na época já surgia como um dos discursos historiográficos da pós-modernidade. Distanciado em relação a esta posição que não se incomodava em confundir História e Ficção, Paul Ricœur empenhou-se em demonstrar que uma das singularidades da narrativa histórica era a de também se apresentar como um discurso cuja intencionalidade apontava para um referente real (ou existente) do Passado.

Portanto, Ricœur (1997) se posicionou nos limites entre o fato puro e a estrutura social sem, no entanto, entrar neles. Foi através da linguagem que ele se colocou neste lugar metodológico e adentrou na Filosofia da Linguagem. Segundo o autor, dialogando com vários filósofos, ele entendeu que a linguagem marca a construção da consciência. Fornece condições de possibilidade para que o leitor entre em contato com outros mundos de diferentes cosmovisões. Condições essas que o convida ao exercício imaginativo, criando espaços que se o posicionam entre o fato histórico e a estrutura social da narração. Assim, o leitor trabalha suas próprias subjetividades. Para que esse percurso se realize, Ricœur (1997) entendeu que a História é a base epistemológica, não só atingindo questões da consciência do indivíduo, mas também da memória negociável, já que ela é o combustível da História.

O presente questiona o passado a partir de acontecimentos vigentes gerando tensões entre memória e consciência. Tensão essa que configura múltiplas perspectivas do mesmo objeto porque o historiador se utiliza de um método gnóstico para reconstruir a História de diversas maneiras. É por conta desse método que Ricœur (1997), então, questiona a ruptura entre a História e a Narrativa proposta pela Escola de Annales, já que narrativa também é definidor da História.

A consequência imediata desse tipo de raciocínio estabeleceu critérios de escrita que abrange o universal, mas também a singularidade. Acrescentando a isso, Ricœur (1997), entendeu que a objetividade é um problema, pois não se pode atingir o real colocando um limite por si só. A objetividade tem um limite mesmo na conjectura controlada das fontes, no entanto, a linguagem utilizada para a escrita da história fornece condições de criar realidade própria no texto (RICŒUR, 1997, p. 254). Munido desse argumento, Paul Ricœur (1997) defendeu que o sujeito, personagem ativo da narrativa, foi substituído pelas mentalidades da Escola de Annales, ou seja, mentalidades sem personagens e, portanto, sem narrativa.

Por exemplo, em 1958, Braudel publicou na Revista Annales o seu artigo sobre o conceito de Longa Duração, no volume de outubro/dezembro daquele ano. Ele trabalhou a questão dos três tempos (curta, média e longa duração). Supondo que o leitor já saiba dessa dinâmica temporal, Ricœur (1997) criticou esse esquema o acusando de não estar em conectividade com o sujeito da História, mesmo fazendo aumento ou diminuição das escalas de análise. Sendo assim, dentro da narrativa braudeliana, as estruturas que cercam o sujeito invisibiliza-o sendo, portanto, engolfado. A relação dos três tempos subsume o sujeito.

Para reabilitá-lo sem comprometer as estruturas temporais, Ricœur mobilizou a obra chamada Poética de Aristóteles. Nesse texto, ele encontrou um tipo de narração eivada de elementos de intriga dentro da lógica do enredo. Desta forma, o enredo não seria apenas a sucessão de acontecimentos que constituem a ação do sujeito em uma produção literária (história, novela, conto etc.), mas é uma trama. Ela se define na medida em que a intriga se desenvolve como um problema resolvido no futuro e que contribui para a montagem do enredo. Na narrativa histórica isso também acontece quando se constrói o objeto a partir dos vigentes questionamentos do historiador sobre as fontes primárias do passado. Por isso, narrativa histórica e literária se coadunam na medida em que as formas expostas em ambas deduzem sobre os sentidos e seus efeitos que, por sua vez, não estão passivos na leitura, mas interpretam o texto de acordo com suas representações e categorias de mundo.

Percebe-se, assim, que há conexão lógica dentro da estrutura textual da intriga e seu enredo. Não é somente o encadeamento de fatos que constitui a intriga, mas explicar a lógica dentro da narrativa historiográfica. Essa explicação traz mudanças na forma de

narrar, logo, criam efeitos de realidade e sentido envolvendo a intriga que se resolve na lógica da narrativa (RICŒUR, 2010).

Explicar o enredo dentro da lógica da narrativa histórica entrelaça o nexos causal, cujo desfecho constitui com a mesma estrutura da narrativa literária. No entanto, as explicações que demandam investigações rigorosas também constituem a narrativa histórica. Baseada em documentação comprovada, a investigação se rende a cientificidade. “É igualmente possível que a História leve em conta os resultados não desejáveis da ação e produza descrições da ação distinta de sua descrição em termos intencionais” (RICŒUR, 1997, p. 254). Sendo assim, a forma da narrativa histórica impregna o texto de nexos causal, mas por seu turno, carrega a cultura material que embasa a escrita da história.

Barros (2011, p. 22) nos facilita o pensamento de Ricœur (2010): “A narrativa histórica apresenta um elemento de controle sobre o seu potencial ficcional não apenas através da documentação que serve de base ao trabalho do historiador, mas também através do leitor, que da História espera sempre o verossímil e a intenção de verdade.” Apesar de usar a lógica, a inteligibilidade histórica não exclui o vivido, ou seja, só a narração concede sentido de vivido a produção historiográfica, pois articula tempo e ordem lógica. Se há muita lógica, não serve! Se há muito vivido, também não serve! Ajusta-se a dosagem entre esses dois elementos articulados na produção da narrativa histórica lançando mão de recursos explicativos para entender o enredo do vivido. Um exemplo significativo são as figuras de linguagem. Elas ajudam na reconstrução histórica, ao mesmo tempo que, se permitem base de sustentação do argumento da narrativa.

Por fim, Ricœur (1997, p. 257) mobilizou a intencionalidade da escrita da história através de um método que ele chamou de “questionamento regressivo”. O enredo do vivido fornece perspectiva ética através de questionamentos que a protege de dissolver, no intuito de não pulverizar a historiografia e os saberes. Há intencionalidade anterior a escrita que imputa sentido ao enredo. A estrutura textual tem a possibilidade, então, ficcional de receber carga factual produzida pela investigação histórica científica. Portanto, na narrativa histórica, há intrigas e desfechos. Esse fenômeno também acontece nas estruturas linguísticas da Literatura e, por isso, o historiador que está escrevendo a história lança mão de diferentes recursos estilísticos, estéticos e gramaticais de composição textual.

3. Considerações finais

Vimos que o artigo se preocupou em demonstrar como a escrita da história altera o modo como o texto histórico é construído pelo historiador. Em diálogo com a Literatura, mobilizamos autores chaves dessas discussões como Hayden White e Georg Iggers. Eles travaram uma verdadeira batalha de réplicas e tréplicas para produzir certo consenso de que a escrita da história é um tipo de gênero literário. No texto em tela, apesar das diferenças, se demonstrou os percursos dessas discussões resultando num consenso de modo que não se perde do horizonte de análise a crítica das fontes, sua cultura material e a reconstrução do passado através do respectivo contexto.

No ofício do historiador, que tem como destaque o método científico rigoroso, acionou-se a crítica de Paul Ricœur diante da Escola de Annales para ajustar a robustez metodológica na discussão entre White e Iggers. Ricœur percebeu que a narrativa histórica tem condições de reivindicar o “duplo estatuto da realidade e ficção”. O escritor não controla a recepção e interpretação dos textos produzidos por ele, mas o sentido de verdade pela verossimilhança produzida pela escrita do historiador atua na percepção do leitor.

Desta maneira, a arte da escrita atravessa os tempos reconfigurando as experiências do passado. Como representação de sentimentos, a arte perpassa a escrita que não só tem a capacidade de criar o efeito de belo, mas também captar experiências históricas de uma sociedade. Partindo do princípio de que a arte se define como fruto da criação humana, também carregam valores junto a sociedade. Dentro da arte existem vários princípios e procedimentos técnicos utilizados para compor uma obra, bem como um relato historiográfico. Os rigores do método científico atravessam a arte da escrita como criação humana.

O homem se comunica e é comunicado pela arte de muitas maneiras ao ponto de contemplar questões sociais e culturais da sociedade que ele mesmo produziu. Nesse sentido, a invenção e seu próprio inventor, prescinde de significação. Sem fugir das análises e da investigação documental, a História abrange a arte através da narrativa e faz da palavra um dos seus objetos que transpõe memórias captadas pelas subjetividades do leitor.

Referência

- ARIÈS, Phillip. **O Homem diante da Morte**. São Paulo: Editora UNESP. 2014
- BARROS, José D'Assunção. **Paul Ricœur e a Narrativa Histórica**. Revista História, imagem e narrativas. No. 12, abril, 2011.
- COLLINGWOOD, Robin George. **A idéia de história**. Portugal: Editorial Presença, 1981.
- DAUM, Andreas W. **In Memoriam Georg G. Iggers (1926-2017)**. Historian of Historiography; AHA 50-Year Member. 2018. Disponível em: <[https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/september-2018/georg-g-iggers-\(1926%E2%80%932017\)](https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/september-2018/georg-g-iggers-(1926%E2%80%932017))> Acessado em 05/09/2021.
- FOUCAULT, Michel. A prosa do mundo pp. 23-62. In: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- IGGERS, Georg. Historiography between Scholarship and Poetry: Reflections on Hayden White's Approach to Historiography. **Rethinking History**, vol 4, nº 3, 2000, pp. 373-390.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Historiador Hayden White morre aos 89 anos (Notícia). In: **Café História – história feita com cliques**. 2018. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historiador-hayden-white-morre-aos-89-anos/>>. Acesso: 05/10/2020.
- RICOEUR, Paul. A intencionalidade histórica, pp. 251-327. In: RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, volume 1, 1997.
- _____. **Tempo e narrativa - Tomo 1**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- WHITE, Hayden. An old question raised again: Is historiography art or science? (Response to Iggers). **Rethinking History**, vol. 4, nº 3, 2000, pp. 391-406.
- WHITE, Hayden. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX**. Tradução de José Laurénio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, pp. 17-300.
- ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 77.